

Viragem arquivística e viragem digital em África

Vincent Hiribarren

► **To cite this version:**

Vincent Hiribarren. Viragem arquivística e viragem digital em África. Sources. Material & Fieldwork in African Studies, IFRA Nairobi, 2020, Varia, pp.283-292. halshs-02865477

HAL Id: halshs-02865477

<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-02865477>

Submitted on 22 Jun 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.





SOURCES

Materials & Fieldwork in African Studies

Varia

no. 1 | 2020

Viragem arquivística e viragem digital em África: Entrevista com Vincent Hiribarren

Vincent Hiribarren

URL: <https://www.sources-journal.org/297>

HAL Id: [halshs-02865472](https://halshs.archives-ouvertes.fr/SOURCES/halshs-02865472)

Cite this article:

Hiribarren, Vincent. 2020. “Tournant archivistique et tournant numérique en Afrique : Entretien avec Vincent Hiribarren” *Sources. Materials & Fieldwork in African Studies* no. 1: 283-292. <https://halshs.archives-ouvertes.fr/SOURCES/halshs-02865477>.

Viragem arquivística e viragem digital em África

Entrevista com Vincent Hiribarren

Vincent Hiribarren

King's College London.
<https://orcid.org/0000-0002-8742-9576>

Translated by Fatima Mendonça

Entrevista à redação.

Historiador e professor no Kings's College de Londres, Vincent Hiribarren defendeu uma tese de doutoramento sobre a história do Bornu na Universidade de Leeds em 2012, publicada em 2017 com o título *A History of Borno: Trans-Saharan African Empire to Failing Nigerian State* (Hiribarren 2017). Os trabalhos que realizou inscrevem-se numa longa perspectiva temporal a fim de traçar a história desta região do Oeste africano, situada no nordeste da Nigéria, desde a época moderna do império do Bornu (Séculos XIV – XIX) até à história recente do grupo terrorista Boko Haram. Mobiliza fontes extremamente diversas entre história e antropologia: arquivos, entrevistas, dados geográficos. Estando ligado a numerosos projectos de recolha e digitalização arquivísticas, a revista *Sources* quis abrir-lhe o espaço deste primeiro *dossier*, com o relato da sua experiência em matéria de história, de arquivos e das humanidades digitais.

Como historiador, trabalha desde há muitos anos sobre a história da Nigéria. Como acabou por se interessar pela questão das humanidades digitais? Há relação com o seu campo de pesquisa, com desafios institucionais ou pedagógicos ou ainda com um certo “espírito da época” das ciências sociais e humanas?

O gosto pessoal levou-me desde muito cedo para o digital: evidentemente é geracional. Entrei na Universidade nos anos 2000 no momento exacto em que a Internet se difundia em todo o mundo. Era difícil não se ser influenciado pelo potencial gigantesco destas tecnologias. As humanidades digitais apresentaram-se como uma evidência. Não tinha necessidade de ir muito longe para entender como funcionava. A Internet gosta muito de falar da Internet. Fazer auto-formação foi sempre fácil.

É evidente que trabalhar com humanidades digitais faz parte do espírito da época. Como arranjar emprego sem possuir esse atractivo no CV? Independentemente da forma que tenha assumido, a competição desenfreada entre as pessoas que se candidatam às posições académicas em todos os países levou-me a desenvolver

competências informáticas, quanto mais não fosse para melhor divulgar os resultados da minha própria investigação. Esta tática muito pessoal era contudo acompanhada por uma reflexão mais ampla sobre a investigação.

Sempre me decepcionou descobrir investigadores e investigadoras brilhantes em revistas desconhecidas ou em publicações pouco divulgadas para além de algumas bibliotecas especializadas. Por que razão desperdiçar tantos recursos humanos e financeiros? A solução está à vista em todos os objectos conectados que nos rodeiam. As humanidades digitais põem em destaque muito mais facilmente a pesquisa universitária. Permitem um trabalho de equipa e permitem alcançar um vasto público mais amplamente do que os meios de difusão habituais. Por este motivo tive a ideia de criar com Jean-Pierre Bat *Africa4*, um blog que fala de história da África, para o jornal francês *Libération*¹. Com leitores em todo o mundo francófono e não só, *Africa4* recebeu mais de 2 milhões de visitas desde a sua criação em 2014.

Evidentemente, existem numerosas formas de fazer humanidades digitais. Não tenho muitas dúvidas sobre o modo como alguns projectos de humanidades digitais se centram no aspecto estético. Um bonito mapa ou um belo *site web* nunca poderão substituir uma investigação aprofundada. Podem, no entanto, ajudar a divulgar uma mensagem, e até mesmo a colocar novas questões de pesquisa. Uma base de dados ou uma visualização podem permitir uma reflexão para além do assunto inicial, revelando conexões entre fenómenos pouco explorados até essa altura. Na minha opinião, os métodos das humanidades digitais farão parte da caixa de ferramentas de todos os historiadores num futuro próximo. Os métodos analógicos e digitais deixarão de estar separados artificialmente.

Na sua opinião que projectos existentes representam os grandes interesses e tendências actuais deste trabalho sobre os arquivos em África? Os que de alguma maneira serviram de modelo e explicam a profusão que se verifica actualmente.

A África do Sul é precursora nessa área. Desde o início dos anos 2000, os arquivistas deste país trabalham com historiadores a fim de inventariar e digitalizar os documentos que permitiram a libertação do jugo do Apartheid. Iniciado em 2002, o projecto *Digital Imaging South Africa*² da Universidade do Kwazulu-Natal em Durban concentrou-se primeiro nos periódicos de oposição ao Apartheid entre 1960 e 1994. Financiado pela *Andrew Mellon Foundation*, dos Estados Unidos da América, este projecto inaugurou um fenómeno, ainda hoje verificável, em que uma instituição privada de um país do Norte financia um projecto de digitalização de um país do Sul.

Dentro desta tendência mas numa escala menor prosseguiram outros projectos de digitalização na África Austral. Assim, os documentos sobre as guerras de libertação da segunda metade do século foram colocados na plataforma Aluka a partir de 2003, graças ao financiamento das fundações americanas Mellon, Hewlett e Niarchos. Desde 2008, estes documentos estão disponíveis no JSTOR, uma plataforma detida

1. *Africa4*. <http://libeafrica4.blogs.liberation.fr/>.

2. *Digital Innovation South Africa*. <https://disa.ukzn.ac.za/>.

por Ithaka, organização americana sem fins lucrativos³ que, mediante pagamento, disponibiliza revistas científicas.

Para além destas iniciativas pioneiras na África Austral, também importa perceber que a reprodução de documentos não surge do nada. Poder-se-á pensar por exemplo na microfilmagem dos arquivos coloniais do Quênia pela Universidade de Syracuse nos Estados Unidos da América desde os anos 1970⁴. No Senegal, onde se encontram hoje os arquivos coloniais da África ocidental francesa, foi também realizado um trabalho de microfilmagem, antes da digitalização de algumas partes dos arquivos coloniais, com o apoio dos arquivos nacionais franceses (Mbaye 2009).

Finalmente um dos projectos mais fascinantes, no meu entender, é o trabalho de grande fôlego efectuado por Derek Peterson⁵, professor de história da África na Universidade de Michigan nos Estados Unidos. Com o apoio dos arquivos do Uganda, das Universidades de Cambridge (Reino Unido), Makerere, Busoga, Kabale (Uganda) e do Instituto Britânico da África Oriental (Quênia), desde há dez anos cataloga os arquivos regionais do Uganda e mais recentemente do Sudão do Sul. Constituindo equipas localmente, contribui para a criação de um eco-sistema na região, com vista a preservar e digitalizar tanto os arquivos coloniais como os pós-coloniais

Quais são os principais programas de digitalização de arquivos em que participou ou a que deu início?

O primeiro trabalho que efectuei com Jean-Pierre Bat foi o de perceber como estavam estruturados os arquivos francófonos da África Central em Brazzaville (Bat 2009). Criámos em conjunto uma página na *web*⁶ que põe à disposição do público os catálogos, uma selecção de arquivos, o endereço dos arquivos nacionais e o contacto de Brice Owabira, o arquivista responsável dos arquivos nacionais do Congo. Este *site* criado com a Wordpress tem a vantagem de ser gratuito e de publicar pouca publicidade em troca. Também é acessível com ligações limitadas de internet e é reactivo, isto é, funciona em qualquer formato de ecrã, quer seja o do computador, do tablet ou do telemóvel.

Duplicámos este método na Côte d'Ivoire em Abidjan⁷ e eu próprio o reproduzi igualmente para os arquivos nacionais da Nigéria em Kaduna⁸ graças ao apoio do

3. *Struggles for Freedom: Southern Africa*.

<https://www.jstor.org/site/struggles-for-freedom/southern-africa/>

4. *Kenya National Archives Guides*, Syracuse University.

<https://surface.syr.edu/archiveguidekenya/> [archive].

5. Peterson, Derek R. 2015. "Archive Catalogues." *Derek R. Peterson* (blog).

<https://derekpeterson.com/archive-work/>.

6. *Archives de l'Afrique Équatoriale Française (Brazzaville)*.

<https://archivescolonialesbrazzaville.wordpress.com> [archive].

7. *Archives coloniales d'Abidjan. Série EE: Affaires politiques*.

<https://archivescolonialesabidjan.wordpress.com/> [archive].

8. *Nigeria National Archives – Kaduna*.

<https://nationalarchivesnigeriakaduna.wordpress.com/> [archive].

IFRA-Nigeria⁹. Estas operações, realizadas sempre em parceria com as instituições públicas africanas, são importantes pois permitem uma maior visibilidade dos arquivos centrais, com um investimento relativamente reduzido das horas de trabalho dos seus funcionários. A directora do IFRA-Nigéria, Élodie Apard, também concedeu apoio a um novo projecto que ultrapassa o quadro actualmente bem conhecido dos arquivos públicos ; este projecto inovador interessa-se pois pelos arquivos de investigadores como J.F. Ade Ajayi¹⁰ ou de intelectuais e militantes como Adetowun Ogunshye¹¹.

Também obtive três bolsas do *Endangered Archives Programme* da British Library¹² a fim de digitalizar documentos pós-coloniais em Madagáscar ou coloniais no Benim. Estes projectos da British Library, financiados pela fundação americana Arcadia, permitem digitalizar um conjunto de documentos seleccionados com os directores dos arquivos nacionais destes países (Sahondra Sylvie Andriamihamina para Madagáscar e Mathias Massodé para o Benim). Possuem muitas vantagens (mas também inconvenientes – voltarei a esta questão). Permitem trabalhar em equipa na preservação dos documentos, sua catalogação de forma rigorosa, destacá-los e, finalmente, garantir uma cópia utilizável *on-line*.

Em relação ao mapa de projectos de digitalização efectuados pela British Library em todo o mundo, não podemos deixar de ficar impressionados com o facto de partes inteiras da história da humanidade estarem agora acessíveis a quem possui uma ligação à internet. Foi por esta razão que integrei a comissão científica do *Modern Endangered Archives Program*¹³ criada em 2019 pela Universidade da Califórnia em Los Angeles, financiado igualmente por Arcadia.

Em que é que as tecnologias do digital transformam o trabalho arquivístico e de pesquisa? Desenvolvem as problemáticas e as abordagens científicas da escrita da história africana, assim como os métodos das disciplinas das ciências sociais e humanas historicamente pouco abrangidas nos documentos, como a antropologia? Vê alguma relação com aquilo que se designou como o “archival turn”?

O *archival turn* teve início há cerca de trinta anos no mundo universitário anglófono em outras disciplinas diferentes da história. Esta corrente permitiu que se questionasse o sentido a dar à recolha, preservação e disponibilização dos arquivos. Deve aqui reconhecer-se o êxito de Michel Foucault. Com uma antropóloga como Ann Laura Stoler (2009) ou uma especialista dos *cultural studies* como Anjali Arondekar (2009), ultrapassa-se a simples questão metodológica, colocada frequentemente pelos historiadores, sobre as suas fontes. Esta problematização intelectual, e não apenas

9. Institut français de recherche en Afrique – Nigeria, “o Instituto Francês de Investigação na África da Nigeria”.

10. *Jadeas Trust Library*. <https://jadeastrustlibrary.wordpress.com/> [archive].

11. *Ogunshye Foundation*. <https://ogunshyefoundation.wordpress.com/> [archive].

12. *Endangered Archives Programme*, British Library. <https://eap.bl.uk/>.

13. *Modern Endangered Archives Program*, UCLA Library. <https://www.library.ucla.edu/partnerships/modern-endangered-archives-program>.

prática das fontes, foi muitas vezes feita a partir de documentos produzidos em situação colonial em que as relações de dominação podiam ser expressas de forma muito violenta.

O *archival turn* permitiu a inúmeros investigadores e investigadoras questionar a epistemologia das suas disciplinas mas também fazer dos arquivos um tema de investigação em si mesmo. Neste aspecto ultrapassa-se largamente as análises institucionais e técnicas sobre os arquivos que contudo são necessárias para o seu bom funcionamento. Este campo muito fecundo suscitou numerosas reflexões nos países de língua inglesa sobre o que é “um arquivo” (no singular). Por exemplo em África foram os arquivistas formados em ciências da informação que puderam fornecer, como fez Verne Harris na África do Sul, uma reflexão crítica sobre os respectivos arquivos (Hamilton *et al.* 2002). Um historiador nigeriano como Toyin Falola pode por seu lado falar de “arquivos rituais” (Falola 2017). As possibilidades são quase infinitas.

A chegada em massa do digital foi mais tardia do que esta reflexão mas adequasse-lhe de forma bastante lógica. Poder-se-ia elaborar uma longa lista dos diferentes projectos existentes, mas seria essencial, em primeiro lugar, pensar nos arquivos originariamente digitais. Em África, como noutros espaços, os *emails*, *Tweets*, os *sites webs*, etc., são arquivados por numerosos indivíduos, associações, grupos políticos, empresas e autoridades públicas interessados em registar os rastros das suas actividades. Os investigadores podem extrair daí um benefício trabalhando directamente com os respectivos serviços informáticos ou utilizando Wayback Machine que possibilita que se encontrem alguns *sites* já desaparecidos.

Evidentemente, o digital pode inserir-se no trabalho quotidiano dos arquivistas e dos investigadores e investigadoras. Pode citar-se o projecto Zamani da Universidade de Cape Town¹⁴ que digitaliza, em 3D, edificações africanas do passado, muitas vezes classificadas como património mundial da humanidade. Podemos também concentrarmo-nos nos catálogos de arquivos como o projecto *Archives Africa*¹⁵ que criei com o arquivista Geoffrey Browell no King’s College em Londres. O nosso objectivo é criar um catálogo de arquivos *on-line*, a fim de destacar os arquivos pós-coloniais do país. Graças a um motor de busca e de palavras chave preparadas previamente pelos arquivistas malgaxes, é possível vasculhar os inventários dos arquivos nacionais de Madagáscar. Todo este trabalho digital, de que se vê apenas o resultado final nos nossos ecrãs, necessita de recursos financeiros, de tempo mas também de uma reorganização do trabalho prévio.

14. *Zamani Project*, University of Cape Town. <https://www.zamaniproject.org/>

15. *Archives Africa*. <https://archives-africa.org/> [archive].

Se a digitalização dos documentos e a sua disponibilização on-line suscitam um verdadeiro entusiasmo, também têm surgido numerosas críticas: imperialismo digital, desafios ecológicos, propriedade intelectual, etc. Partilha estes receios?

Um número de *History in Africa* intitulado “Archives, the Digital Turn, and Governance in Africa” saído recentemente, tenta trazer um olhar crítico a estas práticas de digitalização em massa (Chamelot, Hiribarren e Rodet 2019). Co-dirigido conjuntamente com Marie Rodet (SOAS) e Fabienne Chamelot (Universidade de Portsmouth). Esta última está a terminar uma apaixonante tese em história, sobre a criação dos arquivos nacionais nas colónias da África Ocidental Francesa e da Indochina, durante a descolonização.

Como é reconhecido nesse número, foram identificados problemas relacionados com a digitalização em massa dos arquivos em África, desde o lançamento dos projectos de digitalização massiva na África do Sul nos anos 2000. Peter Limb, especialista de história do país, já ironizava em 2007, ao escrever: “Os missionários do Século XXI não trarão Bíblias mas scanners” (Limb 2007). O lado salvador da tecnologia importado dos países do Norte tem de ser tomado em conta. Veja tudo o que foi escrito sobre os manuscritos de Tombouctou que nunca deixam de ser salvos.

Pode-se também pensar nos programas intensivos de digitalização dos registos de nascimento e óbitos pelos Mormons em numerosas regiões de África¹⁶. O seu objectivo é de baptizar à *posteriori* todos os humanos existentes no planeta, conforme a sua crença no Julgamento Final¹⁷. Esta digitalização em massa cria bases de dados gigantescas cujo conteúdo pode ser revendido a *sites* de genealogia. Entre crença religiosa e exploração de dados pessoais, estamos bem longe dos objectivos proclamados pela maior parte dos programas de digitalização.

Para além do aspecto “salvador branco” bem pensante que tem sempre de se ter em consideração, é também importante perceber até que ponto estas questões são políticas. Muitos projectos de digitalização de que fiz parte intervêm em documentos que pertencem a um Estado. Trabalhar com os arquivos nacionais e disponibilizar alguns dos seus documentos (nem todos) *on-line* pode interferir directamente na sua soberania. Mesmo que este não seja sempre o caso, recorrer sistematicamente a um sistema de ajuda internacional nesta área pode também comprometer a sua autoridade em domínios tão cruciais como são o acesso às tecnologias e a disponibilização dos seus documentos a um público mais vasto. Montantes relativamente elevados vindas do Norte são investidas em projectos com forte visibilidade internacional, mas com muito pouco impacte nas populações dos respectivos países. Daí a expressão de “imperialismo digital”.

16. Ver este exemplo na Serra Leoa: “Church Preserves Precious Records of African Nation.” 2017. *The Church of Jesus Christ of Latter-Day Saints*. 28 de Setembro de 2017. <http://newsroom.churchofjesuschrist.org/article/church-preserves-precious-records-of-african-nation>.

17. Christofferson, Elder D. Todd. 2017. “Why Baptisms for the Dead.” *The Church of Jesus Christ of Latter-Day Saints*. Agosto de 2017. <https://www.churchofjesuschrist.org/study/new-era/2017/08/why-baptisms-for-the-dead>.

Estar à frente do ecrã na minha universidade em Londres é coisa fácil. Em contrapartida não nos damos conta do trabalho efectuado pelos arquivistas numa primeira fase. Os projectos de digitalização têm tendência para nos fazer pensar nesses documentos em termos de resultado final, isto é, do ficheiro visível no nosso ecrã. O problema é que isso é apenas o fim da cadeia. Para que o documento chegasse lá, foi preciso recolhê-lo, conservá-lo, classificá-lo, inventariá-lo, digitalizá-lo e arrumá-lo. Todas estas operações, efectuadas durante anos, pelos arquivistas, tornam-se de facto invisíveis devido a uma glorificação dos programas de digitalização. É por isso necessário reconhecer que os projectos de digitalização chegam somente no final de uma muito longa cadeia e que os historiadores e as historiadoras que os conduzem (em que me incluo) não são senão uma pequena parte do processo. Nesse aspecto, as humanidades digitais podem exercer uma pressão imediata sobre profissões que se constroem naturalmente ao longo do tempo.

Finalmente, voltamos à questão técnica. O digital não retirou em nada a dimensão prática da conservação e consulta de arquivos. Por exemplo, onde estão guardados os documentos criados por estes programas de digitalização? Os programas que conheço prevêem um armazenamento nos países visados, mas os servidores que os disponibilizam estão muitas vezes situados no estrangeiro. Poder-nos-íamos também debruçar sobre os recursos energéticos necessários para fazer funcionar esses servidores ou, simplesmente, nos interrogarmos sobre a duração de vida de um disco duro, que é bem menos importante do que a do papel. A digitalização não é, de forma alguma, a panaceia.

Face às condições de trabalho e à falta de meios dos arquivistas na África subsariana quais são os limites e as dificuldades da passagem ao digital? Quais são os desafios da digitalização, em particular para os pequenos arquivos locais?

Em muitos centros de arquivos em África a vinda de visitantes é uma fonte de rendimento oficial e, por vezes não oficial. Este fenómeno está muito mais presente nos pequenos arquivos regionais, que não se situam ao lado de um aeroporto internacional. Estes centros de arquivos não podem permitir-se uma perda de rendimentos e consequentemente não vêm com bons olhos esses programas de digitalização. O fenómeno não é inteiramente novo. A verdadeira digitalização em massa começou de facto com a democratização das máquinas fotográficas digitais nos anos 2000. Nos discos duros de numerosos investigadores estão adormecidos terabytes de documentos históricos.

A novidade reside na disponibilização gratuita destes documentos no maior número possível e é necessário reconhecer que isso pode gerar uma forte tensão. Os programas de digitalização não podem levar a que se quebrem equilíbrios económicos fragilizados por anos de falta de investimento. É por isso que penso que a digitalização de catálogos e de uma pequena selecção de documentos é uma solução. Pode permitir fazer publicidade ao centro de arquivo em questão, incitando os investigadores a deslocarem-se ao local.

Trabalha em grande parte com arquivos escritos, mas não exclusivamente. Por exemplo recolheu numerosos dados geográficos que cartografou. Na sua última obra *Un manguier au Nigéria* (Hiribarren 2019), as fontes orais ocupam um lugar de eleição. Reconstitui com subtileza as condições de pesquisa que alimentaram este trabalho. Esses materiais (orais, visuais, cartográficos, sensoriais) têm o seu lugar na viragem digital? Digitalizar e tornar acessíveis dados das épocas contemporâneas, assim como da investigação “em progresso”, confronta-nos talvez com outros tipos de desafio? Como enfrentar estes desafios?

Sim, evidentemente, a história deve escrever-se de várias formas e os historiadores e historiadoras da África há muito tempo que superaram a junção de fontes escritas/ fontes orais na origem desta disciplina. Penso que a mistura de suportes pode ser interessante. Com o meu colega Nicholas Grant (Universidade de East Anglia), criei um mapa¹⁸ misturando história oral e escrita de Alfred e Hazel Hutchinson que abandonaram a África do Sul durante o período do Apartheid.

Colocar à disposição dos leitores algumas fontes pode revelar-se vantajoso sob muitos aspectos. Penso por exemplo na tese de Enrique Martino sobre a história da Guiné Equatorial (Martino 2016). Ele pôs no seu *site*¹⁹ quase todas as fontes que utilizou na tese. Este projecto ambicioso pode inscrever-se numa vontade de democratizar o acesso aos documentos mas também de mostrar a forma como se constroem arquivos pessoais.

Gravar e colocar à disposição do público todos estes documentos, com autorização prévia das pessoas a que dizem respeito, é, na minha opinião, um primeiro passo²⁰. Isto implica formar os historiadores e as historiadoras em questões éticas, jurídicas e técnicas. Evidentemente nem tudo é possível neste campo, mas dever-se-ia realizar uma reflexão antes e durante a investigação e não apenas depois.

O objectivo não é criar profissionais do digital mas sim preparar os historiadores e historiadoras para algo diferente da escrita sob formatos clássicos. A minha ideia não é transformar todo mundo em profissionais de programação²¹ mas partilhar as fontes recolhidas no terreno, mais facilmente, sob diferentes formatos. Fala-se muito do conceito intelectual de “decolonização” oriundo da América do Sul. Este termo tem adquirido muitos sentidos ao longo dos anos mas, entre eles, existe um que parece interessante para quem trabalha na investigação científica, porquanto encoraja a que se reflita sobre as origens coloniais do saber sobre África. Haverá algo de melhor do que esta reflexão para reconstruir novos arquivos, nesta óptica?

18. Hiribarren, Vincent. “Anti-Apartheid in Exile: Alfred Hutchinson’s *Road to Ghana*.” *Vincent Hiribarren* (blog). <https://www.vincenthiribarren.com/maps/hutchinson/index.html> [archive].

19. *Opensourceguinea.org*. <http://www.opensourceguinea.org/> [archive].

20. Ver, por exemplo, uma entrevista com a directora de Cassava Republic Press, Bibi Bakare-Yusuf: Bakare-Yusuf, Bibi, e Vincent Hiribarren. 2020. “Bibi Bakare Yusuf: Gender and Publishing in Africa.” King’s College London. <https://soundcloud.com/kings-college-london/bibi-bakare-yusuf-gender-and-publishing-in-africa>.

21. Ver aliás o *site* de *The Programming Historians* sobre este assunto: *The Programming Historians*. <https://programminghistorian.org/>.

Bibliografia

Referências citadas

- Arondekar, Anjali. 2009. *For the Record: On Sexuality and the Colonial Archive in India*, Durham: Duke University Press.
- Bakare-Yusuf, Bibi, e Vincent Hiribarren. 2020. “Bibi Bakare Yusuf: Gender and Publishing in Africa.” King’s College London. <https://soundcloud.com/kings-college-london/bibi-bakare-yusuf-gender-and-publishing-in-africa>.
- Bat, Jean-Pierre. 2009. “Les archives de l’AEF”. *Afrique histoire* 7 (1): 301-311. <https://www.cairn.info/revue-afrique-et-histoire-2009-1-page-301.html>.
- Chamelot, Fabienne, Vincent Hiribarren, e Marie Rodet. 2019. “Archives, the Digital Turn, and Governance in Africa.” *History in Africa* (First View): 1-18. <https://doi.org/10.1017/hia.2019.26>.
- Christofferson, Elder D. Todd. 2017. “Why Baptisms for the Dead.” *The Church of Jesus Christ of Latter-Day Saints*. Août 2017. <https://www.churchofjesuschrist.org/study/new-era/2017/08/why-baptisms-for-the-dead>.
- “Church Preserves Precious Records of African Nation”. 2017. *The Church of Jesus Christ of Latter-Day Saints*. 28 septembre 2017. <http://newsroom.churchofjesuschrist.org/article/church-preserves-precious-records-of-african-nation>.
- Falola, Toyin. 2017. “Ritual Archives.” In *The Palgrave Handbook of African Philosophy*, editado por Adeshina Afolayan e Toyin Falola: 703-728. New York: Palgrave Macmillan.
- Hamilton, Carolyn, Verne Harris, Jane Taylor, Michele Pickover, Graeme Reid, e Razia Saleh, eds. 2002. *Refiguring the Archive*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Hiribarren, Vincent. 2019. *Un manguier au Nigéria*. Paris: Plon.
- Hiribarren, Vincent. 2017. *A History of Borno: Trans-Saharan African Empire to Failing Nigerian State*. Londres: Hurst and Oxford University Press.
- Limb, Peter. 2007. “The Politics of Digital ‘Reform and Revolution’: Towards Mainstreaming and African Control of African Digitisation.” *Innovation* n° 34. <http://eprints.rclis.org/28392/1/Article.050.pdf>
- Martino, Enrique. 2016. “Touts and Despots: Recruiting Assemblages of Contract Labour in Fernando Pó and the Gulf of Guinea, 1858-1979.” PhD Diss. Berlin: Humboldt University of Berlin.
- Mbaye, Ousmane. 2009. “Le CAOM: un centre d’archives partagées ?” *Afrique & histoire* 7 (1): 291-299. <https://www.cairn.info/revue-afrique-et-histoire-2009-1-page-291.htm>
- Stoler, Ann Laura. 2009. *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press.

Sites webs

- Archives Africa*. <https://archives-africa.org/> [archive].
- Archives coloniales d’Abidjan. Série EE: Affaires politiques*. <https://archivescolonialesabidjan.wordpress.com/> [archive].
- Archives de l’Afrique équatoriale française (Brazzaville)*. <https://archivescolonialesbrazzaville.wordpress.com> [archive].
- Digital Innovation South Africa*: <https://disa.ukzn.ac.za/>.
- Endangered Archives Programme*. British Library. <https://eap.bl.uk/>.

- Hiribarren, Vincent. "Anti-Apartheid in Exile: Alfred Hutchinson's *Road to Ghana*." *Vincent Hiribarren* (blog). <https://www.vincenthiribarren.com/maps/hutchinson/index.html> [archive].
- Jadeas Trust Library*. <https://jadeastrustlibrary.wordpress.com/> [archive].
- Kenya National Archives Guides*, Syracuse University: <https://surface.syr.edu/archiveguidekenya/> [archive].
- Modern Endangered Archives Program*. UCLA Library. <https://www.library.ucla.edu/partnerships/modern-endangered-archives-program>
- Nigeria National Archives – Kaduna*. <https://nationalarchivesnigeriakaduna.wordpress.com/> [archive].
- Ogunsheye Foundation*. <https://ogunsheyefoundation.wordpress.com/> [archive].
- Opensourceguinea.org*. <http://www.opensourceguinea.org/> [archive].
- Peterson, Derek R. 2015. "Archive Catalogues". *Derek R. Peterson* (blog): <https://derekpeterson.com/archive-work/>.
- The Programming Historians*. <https://programminghistorian.org/>.
- Struggles for Freedom: Southern Africa*: <https://www.jstor.org/site/struggles-for-freedom/southern-africa/>.
- Zamani Project*, University of Cape Town. <https://www.zamaniproject.org/>.